



**ACÓRDÃO Nº451/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11224/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Carauari.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Zonaira Carvalho Pereira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM 8446, Enia Jessica da Silva Garcia Cunha - OAB/AM 10416 e Adrimar Freitas de Siqueira Repolho - OAB/AM 8243.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 887/2022-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Carauari. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Carauari, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade da Senhora **Zonaira Carvalho Pereira**, Presidente da Câmara Municipal de Carauari e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**10.2. Dar quitação** à Senhora **Zonaira Carvalho Pereira**, Presidente da Câmara Municipal de Carauari e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

**10.3. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:



**ACÓRDÃO Nº451/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 10.3.1. Ausência do Serviço de Informação ao Cidadão, com instalações físicas de atendimento a interessados, em cumprimento a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação;
- 10.3.2. Esclarecimentos relativos ao controle de ponto dos cargos comissionados, uma vez que observamos in loco, não haver estrutura física para acomodá-los, colocando em risco o uso eficiente dos recursos públicos com gastos de pessoal. Ressalta-se aqui a observação dos princípios da eficiência, da assiduidade, da igualdade, da legalidade e da isonomia nos atos públicos, expresso no artigo 37 da Constituição Federal de 1988;
- 10.3.3. Esclarecimentos quanto aos registros funcionais que se encontram desatualizados, referente a todos os agentes políticos, tais como o fornecimento da declaração de não acúmulo de funções, dado que os mesmos não apresentam nenhum documento neste sentido, contrariando os termos do artigo 289, da Resolução TCE nº. 04/2002 – RITCE/AM, ao disposto no artigo 13 e parágrafos da Lei nº. 8.429/1992 e no artigo 1º. da Lei 8.730/1993 c/c o artigo 266, da Constituição Estadual/1989;
- 10.3.4. Ausência de sistema de controle de almoxarifado com registro contínuo e permanente de entrada e saída dos objetos adquiridos, nos termos exigidos pelo artigo 244, inciso III, da Resolução 04/2002-RITCE;
- 10.3.5. Ausência nos autos da liste de verificação, relatórios de acompanhamentos ou outros controles que sinalizam o efetivo controle e fiscalização da execução contratual por parte de representante da Administração especialmente designado, na forma que determina o parágrafo 1º. da Lei nº 8.666/1993;
- 10.3.6. Detectamos nos processos licitatórios na modalidade Pregão Presencial nº 006/2020, RMD – Serviços Digitais LTDA-ME – Contratação de Serviços de Digitalização de documentos com fornecimento de equipamentos, no valor de R\$ 31.200,00, a ausência do cronograma ou proposta equivalente onde seja possível avaliar o pagamento versus o resultado apresentado;
- 10.3.7. Ausência de Comissão de servidores para o exercício do acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do artigo 73, incisos I e II da Lei nº. 8.666/1993;
- 10.3.8. A minuta do contrato não foi previamente examinada e aprovada pela assessoria jurídica da Administração, contrariando parágrafo único do artigo 38 da Lei nº.



**ACÓRDÃO Nº451/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

8.666/1993;

**10.3.9.** Ausência no processo administrativo, da minuta da prévia do contrato, na forma do artigo 8º, parágrafo único, c/c o artigo 22, inciso IX, do Decreto nº. 21.178/2000;

**10.3.10.** Fiscalização da execução contratual por parte de representante da Administração especialmente designado, na forma que determina o parágrafo 1º. da Lei nº 8.666/1993;

**10.3.11.** Ausência de numeração de folhas (artigo 38, caput, da Lei nº. 8.666/1993);

**10.3.12.** Ausência de Parecer Técnico ou Jurídico devidamente assinado, (artigo 38, inciso VI, da Lei nº 8.666/93);

**10.3.13.** Ausência da publicação, homologação e adjudicação;

**10.3.14.** As pastas funcionais dos servidores da Câmara de Carauari, verificadas “in loco”, em forma de amostragem estavam desatualizadas. (Ausência de anotações diversas, entre elas, férias e gratificações);

**10.3.15.** Ausência nas Fichas Funcionais da Declaração de Bens da ocupante de cargos de confiança e função gratificada. No que contraria o artigo 13, da Lei nº 8.429 de 1992 e disposições da Lei nº 8.730/93 c/c o artigo 289, da Resolução n.º 04/2002;

**10.3.16.** Informar se houve concessão de aposentadorias ou pensões e adicione cópia do ofício de encaminhamento ao TCE/AM (artigos 264 e 267, da Resolução TCE nº. 04/2002 – RITCE/AM);

**10.3.17.** Informar se os cargos comissionados estão previstos em lei, dado o paradigma oriundo do parágrafo 1º, inciso II, alínea “a”, do artigo 61, da CF/1988;

**10.3.18.** Informar a forma de investidura dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Carauari, caso se originem de outro regime, também deverá ser informado (artigo 1º, inciso IV, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM);

**10.3.19.** Informar se eventual Concurso Público que precedeu a investidura daqueles Servidores Públicos da Câmara de Carauari, fora apreciado pelo Tribunal (artigo 1º, inciso IV, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM);

**10.3.20.** A minuta do contrato não foi previamente examinada e aprovada pela assessoria jurídica da Administração, contrariando parágrafo único do artigo 38 da Lei nº. 8.666/1993;

**10.3.21.** Ausência nos autos de designação, mediante portaria publicado no DOE, de um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, contrariando caput do



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº451/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

artigo 67 da Lei nº. 8.666/1993.

**10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 10ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 29 de Março de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em sessão), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr.João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral